

Reunião da Coordenação Executiva

11 a 13 de fevereiro de 2009

Relatoria: secretaria executiva do FBES

Sumário

A. Participantes.....	3
B. Organização da reunião.....	3
C. Linha 1: Fortalecimento dos Fóruns Locais e Estaduais de Economia Solidária.....	4
C.1. Articulação regional dos FEES.....	4
C.2. Caravana de mobilização.....	4
C.3. Conversas a distância entre Fóruns sobre organização e formação política.....	5
C.4. Formação: GT de Formação, Rede de Formadores e integração dos programas de formação.....	5
C.5. Documento orientador: o que fortalece os Fóruns Estaduais?.....	5
D. Linha 2: Fortalecimentos dos empreendimentos, redes e cadeias.....	6
D.1. Geral.....	6
D.2. Projeto de Comercialização: convênio SENAES-IMS.....	6
D.3. Política de Comercialização Solidária.....	7
D.4. Sistema FBES.....	7
D.5. GT Finanças Solidárias.....	8
E. Linha 3: Incidência nas políticas públicas.....	9
E.1. Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).....	9
E.1.1. Proposta de pauta do FBES para a próxima reunião:.....	9
E.1.2. Os/as 15 representantes de empreendimentos indicados pelo FBES.....	9
E.2. Diálogo com Governo Federal.....	10
E.2.1. SENAES.....	10
E.2.2. SDT/MDA.....	10
E.2.3. MDS.....	11
E.2.4. Secretaria Geral da Presidência da República.....	11
F. Linha 4: Divulgação (Campanha).....	12

G. Linha 5 (parte 1): Relações internacionais.....	12
H. Linha 5 (parte 2): Movimentos sociais.....	13
I. Linha 6: Sustentabilidade.....	13
I.1. Auto-sustentação.....	14
I.1.1. Rifa.....	14
I.1.2. Venda de produtos promocionais do FBES via site.....	14
I.1.3. Banners.....	14
I.1.4. Doações.....	15
I.2. Projetos.....	15
I.3. Envolvimento de mais entidades para serem proponentes de projetos do FBES.....	15
I.4. Captação de recursos internacionais.....	15
I.5. Secretaria executiva nos tempos de transição de projetos.....	16
J. Fórum do Cooperativismo Popular/ RJ – carta sobre representação dos FEES.....	16
K. Selo.....	16
L. Próxima reunião da Coordenação Executiva.....	17
M. Anexos.....	17
M.1. Carta às entidades que se interessem em ser proponentes de projetos do FBES.....	17
M.2. Texto para empreendimento avaliar se vale a pena colocar um banner no site do FBES.....	20

A. Participantes

- * Ana Regina – Empreendimentos da região Nordeste
- * Andréa Mendes – Empreendimentos da região Norte
- * Cláudia Lima – Secretaria executiva do FBES
- * Clóvis Vaillant – Unitrabalho
- * Daniel Tygel – Secretaria executiva do FBES
- * Fernanda Nagem – Secretaria executiva do FBES
- * Idalina Boni – UNISOL
- * Luigi Verardo – ANTEAG
- * Márcia Silvia de Lima – Empreendimentos da região Norte
- * Marcos Arcanjo – Rede de Gestores
- * Maria Odília Rogado – Empreendimentos da região Centro-Oeste
- * Rodrigo Pires – Cáritas Brasileira (suplente da Shirlei)
- * Rosana Kirsch – Secretaria executiva do FBES
- * Shirlei Almeida – IMS
- * Sônia Braz – Empreendimentos da região Sudeste
- * Valdener Miranda – Empreendimentos da região Nordeste

B. Organização da reunião

A pauta da reunião foi toda organizada em torno das 6 linhas de ação deliberadas pela VIII Reunião da Coordenação Nacional. Não foi possível, pelo pouco tempo, fazer um debate mais aprofundado da linha 4 (de divulgação) nem da linha 5 (na parte de relação com movimentos sociais). Para cada linha de ação, como era a primeira reunião da nova Coordenação Executiva, foi feito um resgate histórico e debate aprofundado de conjuntura política e operacional. Além disso, a cada linha eram lidas as decisões da Coordenação Nacional e da IV Plenária a respeito das mesmas.

Antes de entrar nas linhas, foi feito um debate de fundo sobre a Economia Solidária no Brasil, e também um resgate da trajetória política e de movimentos anteriores de cada um dos novos integrantes da Coordenação Executiva, para melhor conhecimento e integração.

Este relatório contém apenas os encaminhamentos, e portanto não se reproduzem aqui os debates que se realizaram.

Lembrando, as 6 linhas de ação para o triênio 2009-2011 são as seguintes:

1. Fortalecimento político e organizacional dos Fóruns Estaduais, consolidação/constituição de Fóruns microrregionais e municipais para maior integração e interiorização do FBES, e articulação macrorregional entre Fóruns Estaduais.
2. Fortalecimento dos empreendimentos solidários como atores econômicos nos territórios, buscando sua organização em redes e cadeias nos campos da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento
3. Proposição, mobilização e incidência para políticas públicas de reconhecimento e fomento da economia solidária como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento. Incluir a incidência regional.
4. Divulgação da Economia Solidária junto à sociedade pela construção de outro modelo de desenvolvimento.

5. Articulação com outros movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada alinhados na construção de outro modelo de desenvolvimento e criação de espaços de articulação e alianças internacionais para o fortalecimento da Economia Solidária mundialmente, em especial na América Latina.
6. Estratégias para a sustentabilidade e autonomia financeira dos Fóruns Nacional e Locais, nas dimensões: auto-financiamento (fundos, selo, banners no site, doações, etc); captação de recursos públicos; e cooperação internacional.

C. Linha 1: Fortalecimento dos Fóruns Locais e Estaduais de Economia Solidária

Foi feito um amplo debate a respeito dos Fóruns Locais e Estaduais após a IV Plenária e após a VIII Reunião da Coordenação Nacional. Foi consensual a necessidade de iniciar uma nova etapa depois do processo de debates que foi muito desgastante e longo. Agora, concluído o processo, é tempo de colocar os resultados na rua, mostrar a cara, e avançar em ações concretas. Além disso, é necessário dar retorno aos estados quanto aos resultados da Plenária, pois apenas entregar os relatórios não é suficiente. Neste sentido, se falou também de realizar a caravana de mobilização este ano, com uma série de motivações e ações, como se verá mais abaixo...

C.1. Articulação regional dos FEES

As/os representantes regionais dos empreendimentos na coordenação executiva estarão responsáveis pela articulação, apresentação das demandas das regiões nas reuniões da coordenação executiva e divulgações das decisões destas reuniões junto aos Fóruns Estaduais. As/os titulares e suplentes organizar-se-ão para fazer os contatos com os FEES, buscando conversar prioritariamente com as/os representantes da Coordenação Nacional.

Será importante nestes contatos conhecer como o FEES se organiza, que atividades tem realizado e contribuir para a socialização de materiais, como vídeos, cartilhas.

Na região sul, enquanto não for definida/o a/o representante dos empreendimentos, ficarão responsáveis pela comunicação com os FEES: Ana Mercedes, Idalina e Nelsa.

As/os representantes de entidades de apoio e gestão pública também contribuirão na comunicação com os FEES, a partir da atuação em seus estados ou de acordo com a organização desta atividade junto com as/os representantes dos empreendimentos da região.

C.2. Caravana de mobilização

Decidiu-se, a partir de propostas da VIII reunião coordenação nacional, pela realização de encontros regionais que terão como objetivos:

- * dar o retorno sobre as deliberações pós-IV Plenária Nacional de Economia Solidária (estrutura, bandeiras, natureza do FBES);
- * debater a proposta de selo de certificação de empreendimentos da economia solidária;
- * preparar a campanha de divulgação, sendo que cada FEES indicará em quais cidades acontecerá a campanha;
- * ser um momento de trocas entre FEES da região para fortalecerem suas ações (como estão atuando, como estão envolvendo atores, como estão se interoirizando, etc);

- * discutir o plano de radicalização da interiorização dos Fóruns Estaduais, e promover esta interiorização.

Para garantir a realização dos encontros há recursos previstos no projeto do MDA.

Além disto, decidiu-se que não pode ser uma agenda “a mais”: devemos buscar articular a caravana com os encontros regionais dos Centros de Formação da Economia Solidária, dos projetos sobre Comercialização (IMS/SENAES e MDA) e SIES, levando as temáticas da Caravana para estes espaços.

Ou seja, o FBES terá um papel ativo e importante de articulador para evitar a pulverização das ações. Neste sentido faremos também a proposta de criação de comissões de gestão dos programas (ver deliberações sobre isso na seção que trata da linha 3, de incidência em políticas públicas).

C.3. Conversas a distância entre Fóruns sobre organização e formação política

- * O IMS coloca a disposição o seu sistema de vídeo-conferência para realizar estes intercâmbios. Shirlei fará levantamento de onde há pontos do Marista de onde se possa usar o sistema.

C.4. Formação: GT de Formação, Rede de Formadores e integração dos programas de formação

Foi discutido o contexto detalhado dos vários rumos relacionados à formação, em especial todo o processo das oficinas estaduais e nacionais que levaram à publicação do livro verde e do II relatório e deliberação da rede de formadores; o processo dos Centros de Formação (CFES); o processo PlanSeq da Economia Solidária; e o novo edital dos Centros de Assistência Técnica. Foi problematizada a importância destes vários programas se articularem, e o papel do FBES aí neste contexto. Então deliberou-se que:

- * Por decisão da Coordenação Nacional, será criado o GT de Formação do FBES. A composição do GT de Formação será definida futuramente.
- * O FBES levará para o CNES a proposta de criação de uma Comissão que garanta a visão sistêmica das várias ações de formação existentes (ver deliberação específica na seção sobre incidência em políticas públicas deste relatório)
- * A secretaria executiva criará ainda em fevereiro uma lista de emails para a Rede de Formadores (redeformadores@fbes.org.br), com integrantes do antigo GT de Formação, das pessoas que participaram das oficinas de formação, do PLANSEQ, da Assistência Técnica e do Centro de Formação da Economia Solidária
- * Será enviada uma proposta sobre a gestão integrada dos programas de formação em para economia solidária para o CNES: a proposta é de criação de uma comissão no CNES de integração e articulação entre os programas e ações de formação em economia solidária. Será fundamental ajuda de custo para esta comissão atuar (ver seção de incidência de políticas públicas)

Também foi decidido convidar a Rede de Educação Cidadã (RECID/Talher) a se incorporar na rede de formadores para ampliar a articulação entre formação em economia solidária e educação popular, na base.

C.5. Documento orientador: o que fortalece os Fóruns Estaduais?

Para facilitar a auto-avaliação da coordenação executiva e também ajudar a coordenação executiva a definir suas prioridades de ação, será elaborado um documento que indica quais são os aspectos que fazem com que um Fórum Estadual esteja fortalecido. Como indicativos apareceram os seguintes aspectos:

- * FEES ter clareza política e conceitual;
- * FEES tem capacidade de elaborar e incidir em políticas públicas;
- * Fórum sendo espaço que oferece serviços e suportes, potencializando processos de sinergia entre atores;
- * Fórum realiza campanhas e mobilizações;
- * Fórum tem legitimidade e diversidade de atores;
- * Os empreendimentos atuantes no FEES estão fortalecidos e organizados em redes e cadeias;
- * Há comunicação interna ao FEES e com outros FEES.

D. Linha 2: Fortalecimentos dos empreendimentos, redes e cadeias

D.1. Geral

Na contextualização, foram apresentados os seguintes ações que o FBES tem realizado para avançar no fortalecimentos dos empreendimentos, redes e cadeias:

- * Apoiar os empreendimentos: repasse de informações sobre editais e outras oportunidades, divulgação dos empreendimentos nos farejadores;
- * Articulação de redes e cadeias: Debate sobre comercialização solidária, integrando o debate do SNCJS e dos colegiados territoriais (SECAFES e BSCs)
- * Articulação de redes e cadeias: O Sistema do FBES que visa fomentar a constituição de redes e cadeias,
- * Para os fundos solidários: ampliação dos recursos para os fundos solidários junto ao BNB, abrindo projetos em outras regiões além do Nordeste.

Como encaminhamentos para este item:

- * Reunião com Crispim/ MDS: pautar a abertura do PAA para a Economia Solidária, que os FEES sejam parte da construção desta política pública, que na oficina sobre PAA se partilhe o que tem dado certo no PAA a partir das experiências dos empreendimentos (ver detalhes na seção de incidência junto ao governo deste relatório);
- * Proposta para que a Rede de Gestores insira em seus processos de formação junto a gestores municipais e estaduais orientações sobre como podem implementar o PAA e com isso fortalecer compras de empreendimentos solidários;
- * Continuar articulação junto à Lei PAA-Merenda Escolar.
- * Disponibilizar a lista de contatos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar no e_solidaria e enviar para o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional os contatos dos FEES para fomentar a articulação Conselhos/FEES.
- * Mesma coisa com os colegiados territoriais do MDA.

D.2. Projeto de Comercialização: convênio SENAES-IMS

Shirlei apresentou o desenho do projeto de comercialização solidária, de 2 anos. No debate, colocou-se alguns elementos que devem ser considerados e que a coordenação executiva deve ficar atenta:

- * não haver sobreposição de agendas de atividades (encontros CFES, mapeamento, feiras...);
- * não haver concorrência entre os FEES para acesso ao projeto (concorrência por exemplo para as feiras estaduais, já que vai haver apenas 10 feiras estaduais);

- * que os seminários/ oficinas sejam de trabalho, de elaborar propostas e ações para a comercialização, já que haverá outros seminários de debate para a construção de políticas públicas;
- * sendo um projeto apenas de custeio, será necessária, ainda mais, a integração com outros atores e ações de governo que tenham recursos para investimento, como o ECOS (da SENAES), o projeto de assistência técnica (SENAES), e o de bases de serviço (da SDT/MDA).

Será enviada uma proposta para o Conselho Nacional de Economia Solidária para se debater uma gestão integrada dos vários programas de comercialização para economia solidária dos vários ministérios (ver deliberações na seção da linha 3, sobre políticas públicas).

D.3. Política de Comercialização Solidária

Também se fez uma contextualização dos debates ocorridos, em especial toda a construção da proposta do SNCJS, o estudo do FACES, o evento de dezembro de 2007 (sobre SNCJS e SECAFES, em Brasília), e também a construção da proposta do SECAFES e Bases de Serviços (BSCs), além das tentativas dos encontros regionais sobre comercialização, desencadeadas pelo encontro em Santa Maria em 2008.

Para a comercialização de produtos da agricultura familiar são necessárias as bases de serviço na área urbana, tanto para que os produtos cheguem na cidade, quanto para levar o que se necessita na zona rural. Por isto, há necessidade de haver a nova linha de bases de serviços no urbano. É uma necessidade da própria agricultura familiar.

O FBES irá incidir junto à SDT/ MDA para que o FBES possa participar da escolha das Bases de Serviço de apoio à comercialização urbanas.

D.4. Sistema FBES

Fizemos uma recapitulação de todo o histórico de mais de 2 anos de construção da proposta do sistema FBES.

Para lembrar, segue aqui uma breve descrição do que é o sistema FBES: Trata-se de uma iniciativa do FBES que visa: potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição de consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços; permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos. Na perspectiva do conhecimento livre, a estratégia escolhida pelo FBES foi o de desenvolver uma plataforma, chamada de Noosfero, disponibilizada em licença livre (GPL), que pode ser instalada para outros fins além do sistema do FBES. O sistema do FBES articula, em termos de funcionalidades, 4 dimensões: CMS (gestão descentralizada de conteúdo); Teia de relacionamentos (sites próprios, comunidades virtuais...); Sistema de categorização e de recortes (permitindo a criação de "espaços" temáticos, territoriais, e econômicos com biblioteca, eventos, textos, pessoas, produtos e outros elementos agregados automaticamente de uma dada categoria); Sistema de inteligência econômica (identificação de oportunidades de negócios entre empreendimentos; funcionalidades úteis para organização e gestão interna de empreendimentos, para os campos de produção, de comercialização, de serviços e de consumidores; diagnósticos de redes solidárias; etc.).

Com relação ao sistema FBES, foram tomadas as seguintes decisões:

- * Escolha do nome: será dado início à eleição do nome do sistema a partir das treze sugestões colhidas na IV Plenária.
- * Comissão para acompanhamento do sistema juntamente com a secretaria executiva: Idalina e Odília.
- * Foi deliberado o procedimento para que novos empreendimentos solidários entrem no sistema:
 - Em primeiro lugar: haverá um cadastro dos Fóruns Estaduais ou Locais que se sentem em condições para validar novos empreendimentos. Para isso, haverá um termo de responsabilidade, em que o Fórum indica como fará isso, os tempos que

- necessitará para verificar um empreendimento solidário, e também a sua área de atuação (que municípios consegue verificar). Este tipo de termo de responsabilidade será feito com Fóruns Estaduais e também Fóruns Locais
- Para um empreendimento solidário ingressar no sistema, serão feitas as seguintes etapas:
 - O Empreendimento clica em “estou interessado em entrar” e vê os critérios aprovados na IV Plenária sobre o que é um empreendimento solidário. Ele vê também a carta de princípios da economia solidária.
 - Depois disso, ao acreditar e estar ciente do que significa ser da Economia Solidária, o empreendimento preenche pelo sistema FBES uma ficha de auto-declaração com informações básicas, entre elas a cidade e estado em que está localizado;
 - Esta ficha é enviada então automaticamente para o Fórum Local ou Estadual que assinou o termo de responsabilidade pela região onde está este empreendimento, e terá o prazo que assumiu no termo de responsabilidade para aceitar ou recusar o pedido de entrada do empreendimento. O empreendimento receberá também uma notificação do prazo máximo para ele ser validado.
 - Caso o empreendimento esteja numa região em que não há nenhum Fórum Local ou Estadual que assinou termo de responsabilidade, será avisado que ainda não pode então ser validado, enquanto isso não acontecer, e receberá os contatos do seu Fórum Estadual e o conselho de participar ativamente para fortalecer o Fórum e então este Fórum poder passar a estar em condições de aceitar novos empreendimentos no sistema.
 - Para a saída de um empreendimento do sistema do FBES:
 - O FEES, depois de assinar o termo de responsabilidade, receberá periodicamente a lista dos empreendimentos que já estão no sistema, e poderá verificar regularmente se algum empreendimento já fechou ou que não é da economia solidária;
 - Se o FEES entende que o empreendimento não é de economia solidária, terá que entrar em contato com este empreendimento perguntando se quer fazer uma transição e participar do FEES. Se não estiver interessado ou não faz processo, o empreendimento deixa de integrar o sistema. Mas deve haver este prazo: não se pode excluir o empreendimento sem lhe dar a oportunidade inclusive de ir a reuniões do Fórum Local ou Estadual para se defender.
 - * Sobre fóruns microrregionais e municipais: estes fecham termo de responsabilidade com o Fórum Estadual, que o repassa para o FBES. Assim, a comunicação da secretaria será diretamente com o Fórum Regional ou Local. No entanto, o FEES faz a confirmação da validação. Somente com as duas validações é que o empreendimento ingressa no sistema.
 - * Agora, antes de lançar o sistema, a secretaria executiva conversará com os FEES e elaborará o termo de responsabilidade para ser aprovado pela coordenação executiva. No termo haverá questões como: regularidade que FEES faz reuniões, capilaridade, participação de vários atores, compromisso de entidades de apoio, etc.

D.5. GT Finanças Solidárias

Este GT foi criado pela VIII Reunião Coordenação Nacional, com definição de seus integrantes. Assim como para outros GTs e reuniões, não há recursos no momento.

Será criada uma lista de discussão com os/as integrantes do GT. (gtfinancas@fbes.org.br)

A primeira atividade do GT via lista será definir: as atribuições e o plano de trabalho do GT, incluindo a articulação das ferramentas de finanças solidárias (cooperativas, fundos rotativos e bancos comunitários), a construção do sistema de finanças solidárias, e a incidência junto ao Conselho Nacional para o evento que será organizado pela SENAES em 2009.

O GT deve manter diálogo com o Comitê de Fundos Solidários, Rede de Bancos Comunitários e Sistema de Cooperativas de Crédito.

Caso aconteça reunião do Comitê de Fundos Solidários, devemos buscar ter presentes Rodrigo/Cáritas e Odília/Centro-Oeste que são da Coordenação Executiva e GT de Finanças, além de Sandra Magalhães pela Rede de Bancos e Êmerson pelo Comitê Temático de Finanças Solidárias do CNES, já que ambos são também da Coordenação Nacional do FBES.

E. Linha 3: Incidência nas políticas públicas

E.1. Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)

E.1.1. Proposta de pauta do FBES para a próxima reunião:

FBES protocolará carta no MTE solicitando a seguinte pauta para a próxima reunião do CNES. Esta carta protocolada será enviada para as/os integrantes do Conselho. A previsão é que ocorra uma reunião do Conselho em março ou abril deste ano.

A pauta a ser proposta pelo FBES tem 3 pontos:

- * Deliberação sobre proposta de Estatuto/ Lei Geral para Economia Solidária. Para este item é necessário que aconteça a reunião entre os Comitês Permanente, do Marco Legal e da Institucionalidade da Política, prevista no último encontro do CNES, para que seja apresentada a proposta na reunião do CNES;
- * Definição de processo de acompanhamento e integração das várias políticas públicas de formação para Economia Solidária dos diferentes ministérios. Para este ponto é necessário acontecer a reunião do Comitê de Formação antes da reunião do CNES;
- * Definição de processo de acompanhamento e integração das várias políticas públicas de comercialização solidária dos diferentes ministérios, havendo necessidade de reunião do Comitê de Comercialização antes da reunião do CNES;

Além disso, a carta proporá outros pontos:

- * Se houver tempo, posicionamento sobre as várias propostas de leis do cooperativismo (geral societária, geral tributária, ato cooperativo, e específica das cooperativas de trabalho [7009]);
- * Um momento para a SENAES apresentar ao Conselho o projeto Brasil Local;
- * Sugerir que haja uma reunião do Comitê de Finanças Solidárias antes da reunião do Conselho.

Quanto ao Brasil Local, se houver a apresentação, verificar as condições do debate e ver se é possível na discussão apresentar a proposta de criação de um comitê gestor do programa, com a participação de quilombolas, mulheres, indígenas, economia solidária.

Daniel fará a proposta de carta para o CNES solicitando esta pauta, e enviará para a Coordenação Executiva e aguardará o retorno para, então, encaminhar a carta. Esta carta será entregue em mãos à SENAES quando fizermos a reunião com a SENAES. Neste momento, a comissão da coordenação executiva que estiver com a SENAES explicará os termos da pauta e esclarecerá eventuais dúvidas que a SENAES tenha.

E.1.2. Os/as 15 representantes de empreendimentos indicados pelo FBES

Já se passaram 2 anos em que temos a atual composição de empreendimentos. A grande maioria destes não está mais na Coordenação Nacional. Ficou estabelecido que iniciaremos um processo de recomposição dos/as conselheiras/os representantes dos empreendimentos no CNES. Neste sentido, foi deliberado:

- * para a próxima reunião do CNES haverá a participação dos/as conselheiros/as que já estão no CNES, com exceção dos seguintes casos: serão recompostas as vagas daqueles/as conselheiros/os que assumiram cargos em prefeituras municipais e assumirão seus/suas suplentes. A única exceção é o caso de Lenivaldo (titular) e Valcei (suplente), pois ambos entraram no poder público, e não podendo haver recomposição não haverá a participação de nenhum dos dois até que aconteça nova indicação pela Região; no caso do conselheiro Carlos Henrique, do Paraná, Idalina entrará em contato com Carlos para saber como está sua participação no Fórum Paranaense.
- * Os empreendimentos da coordenação executiva, nos contatos que fizer com os FEES da região, irão alertar sobre a recomposição: que se busque termos um CNES mais legítimo e que reafirme as bandeiras do FBES, verificar como está a participação do/a conselheiro/a no FEES;
- * que se faça um esforço para haver a reunião da Coordenação Executiva dias antes da reunião do CNES. Assim a Coordenação Executiva reunirá com conselheiros/as representantes de empreendimentos e se inicia o processo de recomposição;
- * após a reunião do CNES os/as conselheiros/as levam para os FEES o debate sobre recomposição. A região deverá decidir sobre a confirmação ou alteração de representante em encontros regionais que acontecerem. Isso se dará de preferência no primeiro semestre, de acordo com as possibilidades e capacidade organizacional de cada região.

E.2. Diálogo com Governo Federal

Foi formada uma comissão da Coordenação Executiva que participará das reuniões de diálogo com o governo que acontecerão no início de março de 2009: Odília, Rodrigo, Marcos Arcanjo e Daniel.

Como não há recursos para passagens, a participação na comissão se dará com o apoio das organizações de que cada integrante faz parte. Esta comissão deve realizar uma agenda intensa, com 6 instâncias do Governo Federal, e para cada uma delas uma pauta específica está desenhada e apresentada abaixo:

E.2.1. SENAES

A reunião com a SENAES terá como pauta:

- * Discutir o Conselho e apresentar formalmente a proposta de pauta do FBES para o CNES (protocolar a carta e entregá-la à SENAES), abrindo debate a respeito dos pontos propostos e outros que a SENAES julgue importantes
- * Discutir a estratégia da SENAES de articulação das políticas públicas de economia solidária. Como a SENAES está pensando estrategicamente o seu conjunto de programas e ações, de forma articulada? Quais as estratégias para a continuidade destes programas? Neste debate, devem ser discutidos e aprofundadas as possíveis relações e articulações do Proninc, dos CFES, dos Centros de Assistência Técnica, do PlanSeq Ecosol, do Brasil Local, da Comercialização (feiras e CJS), e do ECOS.
- * Discutir o apoio da SENAES ao FBES em 2009 e 2010;

E.2.2. SDT/MDA

Para esta reunião será incluída na comissão uma pessoa da UNICAFES.

Pauta com a SDT/MDA:

- * Relação dos/as delegados/as e articuladores/as territoriais do MDA com a economia solidária;
- * Bases de serviço: que o processo de escolha das bases tenha também foco na área urbana, que o FBES participe da escolha das bases e que haja articulação com Centros Públicos da economia solidária e projeto de comercialização que tem como proponente o IMS;

- * Articulação do Colegiados – FEES: que atores da economia solidária sejam contratados para fazer formação sobre o economia solidária junto aos colegiados, colocar encontros da economia solidária à disposição para que sejam trazidas informações sobre as ações dos Colegiados MDA.
- * Locais modelo quanto à articulação território e ES: aproveitar alguns novos territórios e buscar garantir que tenham uma relação modelo entre agricultura familiar e economia solidária, desde o seu início.
- * PRONERA: solicitar apoio para dialogarmos com o INCRA no sentido de pautar a inclusão da economia solidária e agroecologia nos processos de formação do PRONERA (Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária)
- * Fundos solidários: constituição da Rede de Fundos Solidários e o projeto com BNB: saber como anda e reforçar sua importância.
- * PAA via CONAB: solicitar apoio para agenda junto à CONAB para ver maneiras de inserir a Economia Solidária no PAA.

E.2.3. MDS

Com o MDS foram decididos por duas agendas: uma com Crispim, da SESAN, e outra com o Ronaldo, da nova Secretaria de Oportunidades. Após uma contextualização do que já rolou de contatos e avanços com estes 2 atores, definiu-se a pauta que teremos com cada um:

Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Crispim)

- * Apresentar os resultados e linhas de ação oriundos do processo IV Plenária e VIII Reunião Coordenação Nacional
- * Articulação entre o FBES e o programa PAA de Segurança Alimentar e Nutricional, não apenas oportunizando os municípios, mas buscando uma participação na própria política
- * Projeto de oficinas apresentado para que os atores da ES se apropriem dos programas e ações da SESAN. Em que altura está? A idéia é que um dos dias seja para a oficina da SESAN, e o outro seja para o FBES fazer formação política junto aos fóruns estaduais

Secretaria de Oportunidades (Ronaldo)

- * Apresentar os resultados e linhas de ação oriundos do processo IV Plenária e VIII Reunião Coordenação Nacional, dando continuidade ao diálogo que estabelecemos em outubro de 2008
- * Apresentar proposta de projeto, de 800 mil, com o objetivo de fazer avançar o PRONADES como grande projeto de iniciativa popular. Teria as seguintes atividades:
 - Estudo para construção do PRONADES
 - Recursos para incidência e articulação política (passagens e diárias para que representantes do FBES venham a conselhos, câmara, etc)
 - Oficina Nacional sobre políticas públicas de Economia Solidária
 - Elaboração de Material e recursos para mobilização da campanha pelo projeto de lei de iniciativa popular, a ser desencadeado no final de 2009 e durante a Campanha da Fraternidade em 2010.

E.2.4. Secretaria Geral da Presidência da República

Serão duas reuniões com a Secretaria Geral da Presidência (SGPR), uma com a secretaria de articulação social (mediada por Quenes Gonzaga), e outra com a assessoria internacional (mediada por Carolina Albuquerque):

Secretaria de articulação social

Com Gerson Luiz de Almeida Silva, da Secretaria Nacional de Articulação Social, terá a pauta:

- * SNCJS: reafirmar a importância do Sistema e necessidade de encaminhamento da Normativa;
- * Perspectivas e desafios institucionais para a Economia Solidária no atual governo para o período 2009-2010

Assessoria internacional

Com José Renato Vieira Martins, da Assessoria Internacional, pauta:

- * Apoio à participação do FBES em processos internacionais:
 - Luxemburgo;
 - Feira de Santa Maria;
 - PanAmazônia

F. Linha 4: Divulgação (Campanha)

Apesar desta linha não estar na programação desta reunião, ficou evidente a necessidade de abordar este ponto na próxima reunião da coordenação executiva, pois já se traçou o indicativo de realização de uma grande campanha voltada à sociedade.

Ficou decidido que na próxima reunião da coordenação executiva vamos refletir sobre a campanha que vamos desencadear. Ficaram apenas alguns indicativos:

- * O lançamento da Campanha será no Dia da Economia Solidária: 15 de dezembro de 2009.
- * A campanha deve agregar outros atores, portanto poderia ser uma “Campanha pelo Consumo Ético e Responsável”, e não apenas da economia solidária. FBSAN, FACES e FBOMS já demonstraram interesse. Outros atores como ANA e atores ligados à agricultura familiar e desenvolvimento local podem se interessar nisso também
- * Integrantes da Coordenação Executiva trazer materiais na próxima reunião de campanhas para pensar a nossa campanha;
- * Fazer agenda para discussão junto a movimentos sociais/parceiros sobre a campanha;

G. Linha 5 (parte 1): Relações internacionais

Sobre esta linha de ação, foi feito um extenso debate e contextualização a respeito de como estão as relações internacionais, todo o histórico, o conjunto de redes, e os vários desafios de articulação que se tem, envolvendo especialmente Ripess, Ripess-LA, Espacio Mercosur Solidario, IFAT, CLACSO, entre outros.

Foi deliberada a criação de um GT de Relações Internacionais do FBES, mas a sua composição será discutida futuramente. Foram tomadas algumas decisões de urgência:

- * Andrea será a ponte entre a Coordenação Executiva e o GTRI;
- * As participações do FBES em espaços/ articulações internacionais devem pautar politicamente as deliberações da IV Plenária (bandeiras nos 4 eixos, e estratégias);
- * Garantir o protagonismo dos empreendimentos nos processos internacionais;
- * O FBES participará do Espaço Mercosul Solidário;

A coordenação executiva e o novo GT de Relações Internacionais deverá retomar o debate sobre:

- * Montar uma estratégia de atuação do FBES nos seguintes espaços: CLAC, IFAT, Espaço Mercosul Solidário, FLO e RIPESS;
- * Participação (ou não) do FBES no CA da RIPESS.

H. Linha 5 (parte 2): Movimentos sociais

Sobre esta linha de ação, a Coordenação Executiva fez uma rápida discussão, salientando a importância da articulação do FBES com os seguintes movimentos: MST, ANA, FBSAN, Marcha Mundial de Mulheres, Movimento dos/as Sem Moradia, Indígenas, Quilombolas, GTA, FAOR e Movimento do/as Catadores/as. Além dos movimentos, também foi salientada a necessidade de diálogo com partidos que têm colocado a economia solidária em suas ações de governo (PT, PC do B) e planos, bem como tendências partidárias que têm afirmado a economia solidária (como a Democracia Socialista, do PT).

A indicação é da Coordenação Executiva iniciar/ dar continuidade a estes diálogos e articulações na próxima reunião do CNES, caso se viabilize a vinda da Coord. Exec, além de retomar a discussão sobre esta linha em outras reuniões da Coord.

Também foi resgatada e debatida a relação de cooperação internacional com o Chantier, do Québec. Foi decidido que:

- * A partir da cooperação Chantier-FBES, a cooperativa Williams, uma experiência de compras coletivas das Creches Comunitárias do Quebec que favorece a negociação com fornecedores e a possibilidade de usar o poder de compra para organização de fornecedores solidários poderá vir para o Brasil fazer um encontro de troca de experiências com o Brasil. A proposta do FBES é que as/os integrantes da cooperativa venham para a Feira de Santa Maria deste ano e lá seja feita esta atividade.
- * Também se falou da possibilidade de relações tripartite FBES-Chantier e mais um país na América Latina: decidiu-se por não aceitar a proposta do terceiro país ser o Haiti, e insistir na relação com a Plataforma Bolívia.

I. Linha 6: Sustentabilidade

Foi feito um amplo resgate e debate a respeito da sustentabilidade, os gastos atuais, os projetos em andamento e se encerrando, os novos projetos e perspectivas. Só em 2008 foram elaborados 8 projetos, com poucos resultados, excetuando-se o projeto do MDA, que foi aprovado.

Já há 1 ano, Rosana e Fernanda estão preparando sua saída da Secretaria Executiva do FBES. A previsão era a saída logo após a VIII Reunião da Coordenação Nacional, com o projeto do MDA já em andamento.

A questão da sustentabilidade envolve hoje 2 dimensões:

- * Emergencial: o momento atual entre o projeto da SENAES que encerrou em janeiro e o novo projeto do MDA que não sabemos quando começa. Neste intervalo não é possível à secretaria executiva contratar pessoas para substituir Fernanda e Rosana, e ainda por cima é necessário saber como garantir pelo menos os salários de Daniel e Cláudia
- * Mais amplo: pensar estratégias de captação de recursos, de envolvimento de mais entidades, e de auto-sustentação

Seguem abaixo uma série de propostas que surgiram para dar conta destes desafios:

I.1. Auto-sustentação

I.1.1. Rifa

- * Mobilizar para que o máximo de Fóruns Estaduais façam uma cesta e realizem a rifa.
- * A venda de números será em cartelas nos estados e via site do FBES.
- * Secretaria irá criar um sistema para a rifa na página.
- * Cada cesta de produtos deve ter pelo menos R\$200,00 em produtos.
- * Valor do número: R\$5,00
- * Os primeiros 200 números da rifa vendidos pelo FEES, o recurso vai para o FBES. A partir daí, os FEESs ficarão com metade e o FBES com outra metade do que for vendido acima de 200.

I.1.2. Venda de produtos promocionais do FBES via site

- * Fazer negociação com empreendimentos da economia solidária que possam vender produtos “promocionais” da economia solidária no site do FBES. Os empreendimentos fazem a venda e uma porcentagem (a ser negociada) fica para o FBES (um exemplo é a camiseta: “eu pratico economia solidária”, que a Supercoofex faz).
- * Da coordenação executiva, ficaram de fazer contato com empreendimentos:
 - Idalina: Justa Trama
 - Luigi: Cooperativa de Costura de Osasco
 - Andrea: empreendimentos de Rondônia
 - Sônia: Supercoofex

I.1.3. Banners

Para encaminhar a proposta de banners para os empreendimentos solidários e entidades de assessoria no site do FBES, está havendo diálogo com o Imaque (Imaque, Soluções em Sustentabilidade, é um empreendimento ligado ao movimento de educação ambiental e é a base que dá apoio operacional ao REJUMA, Rede de Juventude pelo Meio Ambiente). Eles entrarão em contato e farão a arte gráfica para os empreendimentos que não têm condições de elaborar seus banners.

- * O acordo é que quando a arrecadação dos banners for até 600 reais mensais, fique tudo para o Imaque. A partir daí, o Imaque fica com 600 reais e o FBES com o restante. Se o faturamento por mês pelos banners ultrapassar 6 mil reais por mês, o Imaque passará a receber 10% do valor total faturado com o aluguel dos banners, ficando o resto para o FBES:

Foi feito um debate sobre como devem ser aprovados os empreendimentos e entidades para anunciar, além da tabela de valores. As decisões foram as seguintes:

- * O sistema de banners na página do FBES será lançado no mês de fevereiro/09.
- * Se um empreendimento quiser anunciar, dirá a qual fórum municipal, regional ou estadual pertence. O pessoal do Imaque então ligará para contatos do fórum citado para confirmar se o empreendimento realmente pertence e participa efetivamente.
- * Os valores mensais serão de acordo com o faturamento bruto per capita do empreendimento, ou de acordo com o volume de recursos captados por ano no caso de entidades de assessoria. O valor mínimo para empreendimentos é de 30 reais por mês se ele tem faturamento bruto per capita menor que 1 salário mínimo. E o valor mínimo para entidades de assessoria é de 120 reais mensais se sua arrecadação com projetos por ano for menor que 100 mil reais. O valor máximo para empreendimentos solidários é de 600 reais mensais, e para entidades é de 1.200 reais mensais.
- * Há possibilidade de reduzir o valor mensal com a opção de colocar apenas 1 semana a cada mês (50% do valor total) ou apenas 2 semanas a cada mês (75% do valor total)

- * A coordenação executiva elaborou um texto de orientações para que o empreendimento possa refletir se vale a pena ou não anunciar seu empreendimento num banner. O texto foi elaborado e está no ANEXO 2 deste relatório.
- * Quando se clicar no banner, há 3 opções: cair no site do empreendimento do sistema FBES; cair em outro site próprio do empreendimento, ou cair numa descriçãozinha no site do FBES se o empreendimento ainda não está dentro do sistema FBES.
- * Oferta de fidelização: desconto para quem coloca um trimestre, por exemplo 10%.

I.1.4. Doações

A secretaria executiva vai ativar no site a ferramenta para que seja possível às pessoas e instituições fazerem doações ao FBES pelo site. Foi solicitado à Cáritas a criação de uma conta no Banco do Brasil para servir como local para depósito das doações. A ferramenta para doações é o MOIP, um espaço virtual (como o PayPal ou o PagSeguro) que permite pagamento por boleto, débito em conta ou cartão de crédito. Foi criada uma conta no MOIP com o nome do FBES, portanto todas as doações terão apenas o nome “doação ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”.

I.2. Projetos

Foi feita uma longa exposição dos vários projetos encaminhados e em andamento. Só em 2008 foram elaborados e submetidos 8 projetos, mas 2008 foi um ano muito complicado para todas as organizações da sociedade civil, e apenas o projeto junto à SDT/MDA foi aprovado (só que com recursos de 2009), ainda aguardando os trâmites burocráticos para a assinatura do convênio.

Projetos que estão se encerrando agora: IMS, SENAES/MTE, Fundo Nacional de Solidariedade, SDT/MDA.

Projetos que estão em análise e/ou em elaboração: SENAES/MTE, SEBRAE, SESAN/MDS, Petrobrás, União Européia, Embaixada do Canadá, FINEP.

Para segurar a transição da secretaria executiva, a secretaria executiva deve elaborar um projeto emergencial de 50 mil reais junto a agências que aprovam pequenos projetos.

I.3. Envolvimento de mais entidades para serem proponentes de projetos do FBES

Deve haver um debate mais aprofundado no FBES sobre a criação de um Consórcio de Entidades, até que se chegue a uma proposta que será colocada em debate pela próxima reunião da Coordenação Nacional.

Enquanto isso, a secretaria executiva encaminhará aos Fóruns Estaduais e Locais uma carta para ser encaminhada a entidades de apoio e empreendimentos formalizados para levantarmos quais estão interessadas em serem proponentes de projetos do FBES.

A carta elaborada pela coordenação executiva encontra-se no Anexo 1 deste relatório.

A partir desta carta, a secretaria executiva terá um cadastro das entidades que podem ser proponentes (e suas condições geográficas e temáticas), que serão consultadas pela coordenação executiva a cada novo projeto em elaboração.

I.4. Captação de recursos internacionais

Dando continuidade ao debate de sustentabilidade, a Coordenação Executiva analisou que a viagem de Daniel à Europa é mais uma oportunidade de captação de recursos para o FBES. Ele foi convidado a um evento na Suíça entre 7 e 10 de maio, o que garantiu sua passagem aérea. Sua saída será adiantada para o dia 20 de abril, por conta do evento de Luxemburgo.

Nos intervalos entre estas atividades e até o dia 20 de maio estará com disponibilidade para visitar agências e organizações financiadoras na Europa em busca de parcerias e recursos para o FBES.

Em cada organização serão apresentadas as linhas de ação do FBES, dando ênfase à linha que se aproxima da atuação da entidade, na perspectiva de financiamento de projeto para o FBES.

Será necessário que as organizações do Brasil e empreendimentos que acessam recursos no exterior encaminhem para a secretaria executiva cartas de apresentação do FBES para as entidades financiadoras internacionais.

A secretaria executiva organizará um documento único com todas as cartas, tendo com página de rosto um texto traduzido (espanhol, francês, inglês, alemão) sobre o conteúdo das cartas e a lista de organizações e empreendimentos que assinam.

Fizemos então um levantamento extenso de entidades de apoio e agências internacionais e distribuimos a tarefa de quem iria conversar com quem para fechar esta agenda na Europa.

I.5. Secretaria executiva nos tempos de transição de projetos

A secretaria atuará com Daniel e Cláudia em Brasília. E Rosana e Fernanda ficarão no apoio a partir do RS e MG respectivamente até que haja novas contratações.

As contratações ocorrerão após a chegada do recurso do MDA, ou a depender do processo da rifa. Será feita uma avaliação em reunião virtual para decidir se, chegando os recursos da rifa antes do recurso do MDA, é possível fazer o processo de seleção e contratação.

J. Fórum do Cooperativismo Popular/ RJ – carta sobre representação dos FEES

O FCP enviou uma carta para a Coordenação Executiva solicitando que as representações dos FEES em instâncias do FBES e eventos seja confirmada por escrito pelos FEES.

A carta será respondida, sendo que a Coordenação Executiva acata a decisão em torno da confirmação por escrito de representantes para o FCP/RJ, salientando que neste momento não existe em nenhuma instância do FBES representante do Rio de Janeiro que não tenha sido respaldado pelo FCP. Sobre a proposição do FCP/RJ para que o mesmo encaminhamento seja feito em relação aos demais estados, a Coordenação Executiva levará para a Coordenação Nacional decidir.

K. Selo

Foi decidido que desencadearíamos um processo para lançar um selo no Dia Nacional da Economia Solidária, 15 de dezembro de 2009. Este processo terá as seguintes etapas:

- * Estudar e elaborar uma proposta (incluir a contratação de algum especialista para desejar esta proposta, que será debatida e deliberada na coordenação executiva)

- * Durante a caravana de mobilização e divulgação da economia solidária, a proposta será avaliada pelos Fóruns Estaduais e Locais e aperfeiçoada
- * Depois desta caravana, será executada a proposta e preparativos para o lançamento do selo no Dia Nacional da Economia Solidária.

Indicativos:

- * O selo deve certificar os empreendimentos de economia solidária, e não o produto. Isso significa que o que se certifica é que “o produto/serviço foi produzido no seio da economia solidária”, a partir dos princípios e das deliberações da IV plenária do que é um empreendimento solidário.
- * Os FEES é que vão validar o empreendimento. O procedimento detalhado terá que ser elaborado e aprovado ainda. Mas é importante que se estabeleça os critérios para um FEES poder ser um certificador (a partir da definição e critérios do que é um Fórum Local tirados na IV Plenária); os princípios (a partir da carta de princípios e outros documentos); os critérios para um empreendimento ser considerado um empreendimento solidário (a partir dos critérios deliberados na IV Plenária); e um método para esta avaliação por parte dos FEES e Fóruns Locais.
- * Para evitar falsificação, embaixo do selo se apontará a página do FBES, em que haverá a lista de empreendimentos certificados.
- * A idéia é que esta proposta de selo se encaixe às propostas do SNCJS, para ser uma experiência de dar vida ao sistema. Isso precisa ser dialogado com o FACES.
- * Lançamento do selo no Dia da Economia Solidária: 15 de dezembro de 2009.
- * Outra idéia é que o selo seja integrado ao sistema FBES, ou seja, que o selo seja o caminho para um empreendimento solidário ter seu site e ferramentas dentro do sistema do FBES.

L. Próxima reunião da Coordenação Executiva

Reunião da Coordenação Executiva antes da próxima reunião do CNES, sendo necessário viabilizar a vinda de integrantes da Coord Exec que não são conselheiros/os. Por este motivo, não está confirmada esta agenda.

Proposta: reunião da Coordenação Executiva por vídeo-conferência. Shirlei fará levantamento de onde há pontos do Marista que o sistema pode ser usado.

M. Anexos

M.1. Carta às entidades que se interessem em ser proponentes de projetos do FBES

Carta a Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária

XX de fevereiro de 2009

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.

O FBES tem duas finalidades principais: 1) Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais; 2) Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

O FBES também realiza ações de animação, subsídios, potencialização e apoio ao fortalecimento do movimento, para que os fóruns municipais, regionais e estaduais sejam a força que move, pauta e aponte para a Economia Solidária como perspectiva de desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.

Por deliberação da IV Plenária Nacional, nem o FBES nem os Fóruns Locais têm personalidade jurídica, para maior dinamismo, horizontalidade e evitar uma institucionalização desnecessária. Isto exige que a cada projeto apoiado, haja uma entidade do movimento de Economia Solidária que se disponha a atuar como proponente jurídica. No atual processo de desenvolvimento, o FBES busca maior autonomia e a necessária sustentabilidade que decorre disso, de fontes diversas.

Estamos fazendo um levantamento e cadastro das entidades locais, estaduais, regionais ou nacional que participam efetivamente do FBES em suas instâncias (Fóruns Locais, Microrregionais e Estaduais), e que possam ser proponentes de projetos de fortalecimento da Economia Solidária e dos Fóruns Locais e Brasileiro.

Estas entidades serão contatadas pela coordenação executiva do FBES a cada vez que estivermos negociando novos projetos que se encaixem nas suas condições e possibilidades. Além disso, serão incorporadas ao link “entidades apoiadoras” no site do FBES, em reconhecimento a este apoio.

Neste sentido, e se houver interesse, pedimos o envio de resposta às perguntas abaixo, até 13/03/2009, para a Secretaria Executiva Nacional do FBES, por e-mail:

Dados básicos da entidade

1. Nome

2. CNPJ

3. Forma jurídica

- Associação
- Associação Beneficiária
- Fundação
- Cooperativa
- Federação ou Confederação
- Instituto
- Empresa de autogestão
- Outra: _____

4. Endereço completo (rua, número, CEP, cidade, UF)

5. Abrangência de atuação (favor identificar ao lado da opção escolhida)

- Municipal: _____
- Microrregional: _____
- Mesorregional: _____
- Territorial (do MDA): _____
- Bacia: _____
- Estadual: _____
- Macrorregional: _____
- Nacional: _____
- Latino-americano
- Internacional

6. Áreas de atuação (com base no estatuto)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Condições enquanto entidade proponente

7. Em qual faixa de valor de projeto a sua entidade poderia ser proponente?

- Abaixo de 100 mil reais
- Entre 100 e 200 mil reais
- Entre 200 e 500 mil reais
- Entre 500 mil e 2 milhões de reais
- Acima de 2 milhões de reais

8. Qual a abrangência geográfica máxima do projeto que a sua entidade poderia assumir?

- Municipal
- Regional (dentro do estado)
- Estadual
- Macrorregional
- Nacional
- Latino-americano
- Internacional

9. A sua entidade tem restrições quanto à fonte dos recursos? Se sim, indique quais fontes poderiam ser acessadas por sua entidade:

- Recursos públicos municipais
- Recursos públicos estaduais
- Recursos públicos federais
- Recursos de fundações privadas
- Recursos de fundações públicas (universitárias, de bancos públicos, etc)
- Recursos de empresas públicas (bancos públicos, petrobrás, correios, etc)
- Outros (indicar): _____

Observações (restrições específicas): _____

10. Outras condições da entidade (de caráter administrativo, operacional, de natureza do projeto, etc.):

M.2. Texto para empreendimento avaliar se vale a pena colocar um banner no site do FBES

Esta é uma oportunidade para que os empreendimentos divulguem seus produtos e serviços e será acessado por 1.000 a 2.000 pessoas diariamente. Os grandes desafios dos empreendimentos solidários são: a comercialização, a divulgação, e a produção.

Antes de colocar um banner no site do FBES, é importante você refletir se vale realmente a pena. Para isso, sugerimos refletir sobre as seguintes questões:

1. Seu empreendimento teria condições de atender prazo, produção e qualidade, se aparecer uma demanda pelo site? Tem condições de entregar nota fiscal se necessário?
2. Teria condições de entregar o produto ao cliente independente da distância? Senão, é importante refletir e avisar qual é exatamente a região que seu empreendimento tem condições de atender!

3. O seu preço é competitivo? Vocês fizeram pesquisas de produtos similares para ver se não está muito abaixo ou muito acima de outros?

4. Vocês consideram que o produto de seu empreendimento tem valor, não só financeiro, mas também cultural, de valores, e ambientais?

5. Se for fixado um prazo com o cliente, seu empreendimento tem condições de bancar a matéria-prima? Senão, é importante refletir e definir qual deve ser a porcentagem de adiantamento que será pedida ao cliente! (por exemplo: 30%, ou 50% de adiantamento)

6. Quais são as motivações para seu empreendimento colocar um banner no site do FBES?

De acordo com as questões acima, depois de refletir com seus colegas do empreendimento, aí sim dá para decidir: seu empreendimento tem interesse ou condições de montar este banner e anunciar no site do FBES?

Boa sorte!